



Sistema Financeiro Nacional

Marco regulatório do cooperativismo de crédito passa por reformulação



A regulação referente ao segmento cooperativista foi aprimorada e racionalizada, com estabelecimento de nova classificação para as cooperativas de crédito, baseada nas operações realizadas e nos respectivos riscos, efetivamente assumidos e incorridos.

Conforme o novo modelo, as cooperativas passam a ser enquadradas em três categorias:

cooperativas de crédito plenas; cooperativas de crédito clássicas; cooperativas de crédito de capital e empréstimo.

A nova classificação reflete melhor o perfil de risco, concede mais liberdade às cooperativas para definirem a composição do seu quadro associativo e favorece atendimento a um leque maior de associados, propiciando melhores

condições para competirem com os bancos e realizarem inclusão financeira mais efetiva.

No mesmo sentido, foram alteradas as regras para constituição e funcionamento das cooperativas de crédito – até mesmo estendendo às cooperativas diversos procedimentos e instrumentos já aplicados às demais instituições financeiras, tais como realização de entrevista técnica e de inspeção pré-operacional –, e foi estabelecida nova estrutura de governança e novos valores de capital inicial e de patrimônio líquido, de forma que se promova o desenvolvimento e o fortalecimento do segmento em bases sustentáveis.

Outra mudança importante foi o aperfeiçoamento do modelo de auditoria do segmento, com a obrigatoriedade da execução de auditoria cooperativa em todas as cooperativas de crédito (singulares e centrais), por meio de uma Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC)

ou de uma empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), previamente credenciadas pelo BC, que avaliarão pontos como governança, limites operacionais e controles internos das cooperativas.

As cooperativas de crédito adquiriram importância no contexto socioeconômico do país, por serem instrumento de inclusão financeira

fora do sistema bancário tradicional e de reciclagem da poupança local. O setor registra crescimento de 20% ao ano, em média. Entre 2010 e 2014, houve aumento de 120% em ativos totais e 127% em depósitos totais. No caso dos ativos totais, o índice é superior ao dobro do registrado pelos bancos privados, e, para os depósitos totais, o índice é sete vezes maior. ●

Cooperativas passam a integrar o CCS

As cooperativas singulares de crédito passaram a elaborar e remeter mensalmente ao BC os dados relativos a seus cooperados e, quando houver, os relativos aos seus representantes legais ou convencionais. As informações serão utilizadas para incluir as cooperativas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), atendendo a reivindicação do Poder Judiciário e do Ministério Público. A medida propicia acesso direto ao CCS aos principais usuários, diminui a necessidade de interferência do BC na identificação de titularidade de bens, direitos e valores e reduz a quantidade de ofícios em papel recebidos.



Ações de educação financeira auxiliam o cidadão na compreensão de finanças pessoais

O portal Cidadania Financeira, lançado em março de 2015, durante a 2ª Semana Nacional de Educação Financeira, reúne diversos conteúdos sobre educação financeira, com destaque para a série de cinco vídeos educativos, intitulada Eu e Meu Dinheiro. Os vídeos buscam sensibilizar os usuários para os temas relacionados à gestão de finanças pessoais, oferecendo recursos aos cidadãos para que identifiquem seus padrões ao tomar decisão e contribuindo para efetiva mudança de comportamento. Em 2015, o portal obteve mais de 300.000 acessos, e a série **Eu e Meu Dinheiro** teve 38.720 visualizações no Youtube.

O BC promoveu eventos sobre educação financeira em parceria com várias instituições públicas e privadas, para mais de 180 mil pessoas, além de cursos de Edu-



cação a Distância (EaD), cursos presenciais sobre Gestão de Finanças Pessoais e palestras sobre gestão financeira

pessoal, relacionamento do cidadão com o Sistema Financeiro Nacional (SFN), funcionamento do SFN e do BC. A divulgação da série de **três vídeos que explicam o SFN**

contribui para o entendimento da atuação do BC.

Os principais objetivos das ações de educação financeira são disseminar conhecimentos



econômico-financeiros, de forma que a sociedade tenha relação consciente com o uso do dinheiro, e fornecer informação e orientação para o relacionamento do cidadão com o SFN. ■



Galeria de Arte do BC apresenta o quarto módulo da exposição A Persistência da Memória

A mostra Anos Rebeldes, quarto módulo da exposição A Persistência da Memória, da Galeria de Arte do Banco Central, conta com obras dos artistas plásticos Emanuel Araújo, Guilherme de Faria, Juares Machado, Maciej Babinski e Marcelo Grassmann. Esse módulo apresenta o panorama político, econômico e cultural de 1964 a 1978, que engloba o golpe militar no Brasil e o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a crise do petróleo, os movimentos de contracultura, a guerra do Vietnã, o final do milagre econômico e o tropicalismo.



Estatísticas de contas externas alinham-se com nova metodologia do FMI

As estatísticas do setor externo da economia brasileira passaram a ser consolidadas de acordo com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI). As mudanças trouxeram novas interpretações de sinais, conceitos e nomenclaturas. O Balanço de Pagamentos ficou mais intuitivo e manteve coerência entre as transações da conta financeira e as variações correspondentes nas posições de ativos e passivos.

A atualização metodológica das contas do setor externo busca melhorar a consistência das estatísticas, que são alinhadas aos cálculos já utilizados por vários países. Outra vantagem é a harmonização entre as estatísticas macroeconômicas, especialmente o Sistema de Contas Nacionais, adotado a partir deste ano pelo IBGE.

Embora o BPM6 recomende que se registrem apenas as variações líquidas dos ativos e dos passivos, o BC optou por manter a compilação e a divulgação de fluxos brutos, por seu alto valor analítico. Por exemplo, para o caso de empréstimos, serão informados o ingresso líquido, as contratações e as amortizações. ■



Inflação de 2015 refletiu os ajustes de preços relativos na economia brasileira



Os ajustes de preços relativos na economia brasileira explicam, em grande parte, o índice de inflação observado em 2015, conforme Carta Aberta encaminhada pelo presidente do Banco Central (BC) ao ministro da Fazenda.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 10,67% em 2015. Por um lado, há realinhamento dos preços administrados por contrato em relação aos chamados preços livres, por outro, há realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais, ambos mais prolongados e intensos que o previsto, resultando nos patamares de inflação observados recentemente.

O ajuste fiscal implementado no país em 2015 elevou tarifas públicas e impostos regulatórios, com impacto direto e relevante sobre alguns preços. O último semestre de 2015 foi comprometido pelos efeitos de novos ajustes nos preços administrados, advindos, principalmente, da

variação nos preços dos combustíveis, e pelo repasse da desvalorização cambial no ano. Houve aumento dos preços de alimentos *in natura* como fator adicional de elevação do IPCA, que apresentou inflação acumulada de 12,01% em 2015.

O BC iniciou, no segundo trimestre de 2013, ciclo de aperto monetário, que alcançou 450 pontos base até o final de 2014. Essa postura de política monetária continuou em 2015, totalizando 700 pontos base. Em 2014 e 2015, a política monetária tentou evitar que o impacto de curto prazo dos ajustes de preços relativos fosse transmitido a horizontes longos.

Os efeitos das ações da política monetária sobre a inflação são cumulativos e se manifestam com defasagens. Em parte, as condições mais restritivas já atuaram sobre o processo gerador de preços; em outra, ainda estão por se materializar. Entende-se, assim, que as ações de política monetária restringirão a propagação dessa alta de preços para períodos distantes, contendo os chamados efeitos de segunda ordem sobre os demais preços da economia.

A política monetária deve conter eventuais efeitos adicionais resultantes dos dois ajustes de preços relativos que dominaram a economia em 2015, a fim de assegurar a convergência da inflação para a meta. Ressalta-se que, independentemente do contorno das demais políticas, o BC adotará as medidas necessárias, de forma que se assegure o cumprimento dos objetivos do regime de metas, o que significa circunscrever a inflação aos limites estabelecidos pelo CMN em 2016 e fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017. ■

Moedas comemorativas celebram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a cidade de Salvador e o Cinquentenário do BC

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foram contemplados pelo programa numismático do BC, que lançou, em 2015, o segundo e o terceiro lotes da série comemorativa. O programa compreende 36 moedas, que serão lançadas até 2016. As peças são estampadas por diversos esportes, além do Cristo Redentor e de paisagens do Rio de Janeiro, cidade-sede do evento. As atividades dos projetos foram desenvolvidas pelas equipes do BC e da Casa da Moeda do Brasil, com o suporte técnico do comitê organizador do evento.

A moeda com ilustração de Salvador deu continuidade à série numismática alusiva às cidades e aos centros históri-

cos brasileiros que receberam da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco) o título de Patrimônio da Humanidade. Iniciada em 2010, a série já homenageou Brasília, Ouro Preto, Goiás, Diamantina e São Luís. Produzida em prata, a moeda exibe, no anverso, o Elevador Lacerda e o Mercado Modelo. O reverso homenageia o ofício da baiana do acarajé, retratando a baiana e seu tabuleiro.

Em 2015, o cinquentenário do BC foi marcado pelo lançamento da moeda bimetálica de R\$1, que exibe, no anverso, a vista da fachada do Edifício-Sede, em Brasília, ladeada pela inscrição "50 Anos".

No anel dourado, apresenta as legendas "Banco Central do Brasil" e "1965-2015". No reverso, no núcleo prateado, uma esfera sobreposta por uma faixa de júbilo e a constelação do Cruzeiro do Sul fazem alusão à bandeira nacional, e o anel dourado exibe um grafismo indígena marajoara. ●



LCI e LCA têm novos prazos de vencimento

O prazo mínimo de vencimento das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), quando não atualizadas por índice de preços, foi ampliado de 60 para 90 dias. Já o resgate antecipado dos títulos pela instituição emissora, desde que respeitado o prazo mínimo, continua valendo. Assim, uma letra com prazo de vencimento fixado em 180 dias somente pode ser resgatada após 90 dias de sua emissão. As regras das outras modalidades de LCI são as mesmas: para as atualizadas anualmente por índice de preços, o prazo mínimo de vencimento é de 12 meses e, para as atualizadas mensalmente por índice de preços, de 36 meses.

A medida fixou em 90 dias o prazo mínimo de vencimento também para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), que não se sujeitavam a nenhum tipo de



limitação quanto ao vencimento. Também foi instituído direcionamento de recursos para o crédito rural, com captação por meio da emissão da LCA, quando o lastro do título for constituído de operações de crédito rural. Para o ano agrícola 2015/2016, o percentual de direcionamento será de 50% e, a partir de 1º de junho de 2016, será de 100%. Esses recursos são aplicados em operações do agronegócio em condições livremente pactuadas entre o tomador e a instituição financeira.

As alterações buscam uniformizar as condições de emissão dos dois instrumentos e adequá-los minimamente ao seu propósito de servir de *funding* de operações de prazo mais longo de maturação, como as imobiliárias e as do agronegócio. ●



Nova metodologia de atendimento confere agilidade a demandas do cidadão

As reclamações contra instituições financeiras ganharam tratamento diferenciado com o aperfeiçoamento do Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR). Com essa mudança, os cidadãos obtêm respostas completas, fazendo referência a todas as ocorrências abordadas no registro.



As instituições financeiras podem solicitar prorrogação do prazo de resposta das reclamações por 10 dias úteis, desde que comprovem que o interessado foi comunicado sobre as razões da solicitação. O limite adicional não vale para instituições submetidas a regimes especiais e para situações excepcionais, como greve, enchente ou problema no sistema da instituição, que serão analisadas individualmente pelo BC.

As reclamações recebidas foram classificadas em dois grupos: as que tratam de temas supervisionados pelo BC (as reclamações reguladas) e as que tratam de temas que fogem à competência da instituição (as não reguladas). As reclamações reguladas, após manifestação da instituição financeira, são classificadas em procedentes ou improcedentes. Quando procedentes, por possuírem indício de descumprimento de normas, passam a compor o *Ranking* de Instituições por Índice de Reclamações, divulgado mensalmente pelo BC.

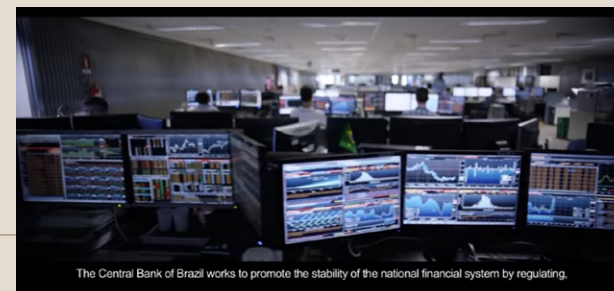
Em 2015, o BC recebeu mais de 551.344 demandas, número 5,77% inferior ao verificado em 2014, de 585.128 mil. ●

Ao completar 50 anos, o BC resgata sua história



Várias ações marcaram o ano em que o BC completou 50 anos de funcionamento. O principal fato ocorreu em 30 de março de 2015, quando um evento em Brasília reuniu a Diretoria Colegiada e diversos ex-presidentes e ex-diretores da instituição. Houve o desceramento da placa alusiva ao cinquentenário e o lançamento do vídeo institucional *Valores do Brasil*.

Nesse dia, houve lançamento de 60 mil selos, que passaram a estampar as correspondências institucionais



The Central Bank of Brazil works to promote the stability of the national financial system by regulating.



enviadas pelo BC e dez carimbos personalizados (um para cada sede do BC), produzidos pelos Correios.

Na rota da Diretoria Colegiada, os diretores descerraram placas e inauguraram espaços públicos, como galerias de ex-presidentes e exposições de cédulas e moedas, nas nove representações regionais do BC.

O documentário *A Criação do Banco Central do Brasil e Suas Histórias* resgata casos curiosos desde a constituição da autoridade monetária, contados por servidores aposentados. Outro vídeo, intitulado *Uma Marca na História*, relata o desafio de criação e consolidação da marca do BC, juntamente com o processo de formação da cultura organizacional própria.

A TV NBR e a Voz do Brasil produziram cinco matérias especiais sobre os principais marcos da trajetória do BC: constituição da

instituição, combate à inflação, renegociação da dívida externa, implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro e educação financeira. Esses e outros temas foram objetos de uma revista impressa e eletrônica sobre o cinquentenário.

Em 15 de junho, ocorreu o evento internacional *Central Banking – the Next 50*



Years, no Rio de Janeiro, com participação de Jean-Claude Trichet, ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE) e do *Banque de France* (Banco Central da França), Axel Weber, ex-presidente da *Deutsche Bundesbank*, e Jacob A. Frenkel, ex-presidente do Banco Central de Israel. Os palestrantes debateram os desafios dos bancos centrais no ambiente pós-crise financeira internacional, os cenários prospectivos da atuação de bancos centrais para as próximas cinco décadas e os desafios para manter sistemas financeiros sólidos e eficientes.

Foi lançado o Prêmio Banco Central de Economia e Finanças, que irá selecionar trabalhos acadêmicos sobre política monetária, com aplicação para o caso brasileiro. A finalidade é estimular a pesquisa nos campos da ciência econômica e nos campos dos temas relacionados à missão do BC. As inscrições podem ser feitas de 15 de março a 15 de abril de 2016.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) também completou 50 anos em 2015. Houve uma sessão solene no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, que contou com a presença dos ministros que compõem o Conselho, ex-ministros da Fazenda e do Planejamento, ex-presidentes, diretores e



Prêmio Banco Central de Economia e Finanças

Concurso de monografias

ex-diretores do BC. Na ocasião, discursaram o presidente do Conselho, ministro Joaquim Levy, e o ex-ministro da Fazenda mais antigo presente, Ernane Galvêas. ●



Esta publicação é um resumo do Relatório da Administração do Banco Central e contém os destaques das principais realizações da instituição em 2015. Veja o Relatório na íntegra em <www.bcb.gov.br/?RA2015>.

Realização: Área de Relacionamento Institucional e Cidadania – Departamento de Comunicação

Conheça mais em <www.bcb.gov.br/?RA2015>.